



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Dissídio Coletivo 0001813-90.2020.5.09.0000

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 27/08/2020

Valor da causa: R\$ 1.000,00

Partes:

SUSCITANTE: FEDERACAO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA
CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DO ESTADO DO PARANA

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SIND DOS TRABS NAS INDS DA CONSTR CIVIL DE CURITIBA

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SINDICATO DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL DE CASCAVEL

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SIND TRA IND CON CIV,O,C E G,L HID E PR DE CIM,ART CIM ARM,CER
CONS,R,MAR E GRA,INS EL,GAS,H E S,PINT,DEC,EST E ORN,MONT IND E ENG CONS
DE FB PR

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA IND COST MOB GUARAPUAVA

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO
E DO MOBILIARIO DE IRATI

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SIND DOS TRAB DA IND DA CONST CIVIL E DO MOBIL DE MEDIA

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SINDICATO DOS TRAB NA IND DA CONT DO MOB DE PARANAGUA

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SIND DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE PATO BRANCO

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIA DA CONSTRUCAO E
DO MOBILIARIO DE TELEMACO BORBA

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE UBTA PR

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SIN TRAB INDS CONS MOBILIARIO DE UNIAO DA VITORIA

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITANTE: SIND DOS TRABALHADORES NA IND CONST DE PONTA GROSSA

ADVOGADO: MARCELO GIOVANI BATISTA MAIA

SUSCITADO: SINDICATO DA INDUSTRIA DA CONSTRUCAO CIVIL NO EST DO PR

ADVOGADO: Cléber Eduardo Albanez

ADVOGADO: HELIO GOMES COELHO JUNIOR

CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
Seção Especializada

PROCESSO nº 0001813-90.2020.5.09.0000 (DC)

SUSCITANTES: FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ, SIND DOS TRABS NAS INDS DA CONSTR CIVIL DE CURITIBA, SINDICATO DOS TRAB NA IND DA CONST CIVIL DE CASCAVEL, SIND TRA IND CON CIV,O,C E G,L HID E PR DE CIM,ART CIM ARM,CER CONS,R,MAR E GRA,INS EL,GAS,H E S,PINT,DEC,EST E ORN,MONT IND E ENG CONS DE FB PR, SINDICATO DOS TRABALHADORES NA IND COST MOB GUARAPUAVA, SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE IRATI, SIND DOS TRAB DA IND DA CONST CIVIL E DO MOBIL DE MEDIA, SINDICATO DOS TRAB NA IND DA CONT DO MOB DE PARANAGUÁ, SIND DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE PATO BRANCO, SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE TELÊMACO BORBA, SINDICATO DOS TRAB NAS IND DA CONST E DO MOB DE UBTA PR, SIN TRAB INDS CONS MOBILIÁRIO DE UNIÃO DA VITÓRIA, SIND DOS TRABALHADORES NA IND CONST DE PONTA GROSSA.

SUSCITADO: SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO PR

RELATOR: RICARDO BRUEL DA SILVEIRA

Seção Especializada

RELATÓRIO

A remissão às folhas refere-se à paginação obtida pela exportação do processo, em ordem crescente, mediante download de documentos em formato PDF.

Trata-se de dissídio coletivo instaurado pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná - FETRACONSPAR e sindicatos filiados (12) em face do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná - SINDUSCON /PR objetivando a fixação de reajustes salariais, dos pisos da categoria e do benefício alimentação ou vale compras referente ao período de 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020. (fls. 4/17)

Os suscitantes afirmam que as partes não chegaram a um consenso e por isso resolveram de comum acordo ajuizar o dissídio buscando uma solução judicial. Aduzem que "a pretensão dos Suscitantes é que a partir de 1º de junho de 2020, os PISOS SALARIAIS e os REAJUSTES SALARIAIS, bem como o BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO OU VALE COMPRAS da categoria profissional sejam reajustados mediante aplicação do percentual de 100% (cem por cento) do



Assinado eletronicamente por: RICARDO BRUEL DA SILVEIRA - 08/04/2021 16:22:57 - b609146
<https://pje.trt9.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20102808412330700000034815468>
Número do processo: 0001813-90.2020.5.09.0000
Número do documento: 20102808412330700000034815468

INPC/IBGE acumulado no período compreendido entre 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020, acrescidos de 3% (três por cento) a título de aumento real, mais 3% (três por cento) a título de valorização
."

A petição inicial está instruída com procurações e outros documentos. (fls. 18/643)

Atribuíram à causa o valor de R\$ 1.000,00.

O sindicato suscitado apresentou contestação, pugnando pela improcedência do reajustamento salarial pretendido pelos suscitantes (fls. 676/686).

A tentativa de conciliação acabou frustrada em virtude do não comparecimento à audiência do sindicato suscitado, sendo dispensada a produção de provas pelos suscitantes (fls. 692/696).

Razões finais apresentadas pelo suscitado (fls. 704/714) e pelos suscitantes (fls. 717/721).

O Ministério Público do Trabalho, por seu ilustre Procurador Regional Leonardo Abagge Filho, opina no sentido de que "seja proferida decisão normativa contemplando o percentual de 2% para a correção dos valores indicados nas Cláusulas 3.^a, 4.^a e 12.^a/13.^a" (fls. 725/729)

Concluída atuação da Vice-Presidência deste Tribunal no processo, os autos vieram conclusos para julgamento (fl. 730).

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

ADMISSIBILIDADE

Nos termos do art. 114, § 2º, da CF, com redação dada pela EC n.º 45 /2004, constitui requisito para ajuizamento de dissídio coletivo de natureza econômica o "comum acordo", o qual, no caso em apreço, afigura-se atendido, consoante afirmado pelos suscitantes na petição inicial (fl. 7) e corroborado pelo sindicato suscitado na contestação (fl. 677).

De igual modo, houve aprovação das assembleias para instauração de instância (CLT, art. 859), conforme atas juntadas com a exordial; malgrado frustrada neste processo a



tentativa de conciliação na audiência designada para esta finalidade (fls. 692/697), tenho como cumprido o esgotamento da negociação coletiva pelas partes (CLT, art. 616, § 4º), tanto é assim que se extrai dos termos da petição inicial e da contestação e documentos juntados às fls. 18 e seguintes que o processo negocial resultou na celebração da Convenção Coletiva de Trabalho para vigorar no período de 1/6/2020 a 31/5/2022, não se chegando à solução negociada apenas em relação a fixação de reajustes de salários, piso salarial e benefício alimentação ou vale compras alusivo ao período de 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020.

Atendidos os demais pressupostos de constituição e validade do processo e as condições da ação, admito o dissídio coletivo.

MÉRITO

REAJUSTES SALARIAIS

Os suscitantes reproduzem na petição inicial as seguintes cláusulas da CCT2019/2020 objeto do dissídio:

"I - CLÁUSULA TERCEIRA - CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL E PISOS SALARIAIS

a - Na classificação profissional deste Instrumento considerar-se-ão, especificamente, 05 (cinco) categorias profissionais, a saber:

(...)

c - A partir de 1º de junho de 2019, ficam estabelecidos os seguintes PISOS SALARIAIS POR HORA para as categorias profissionais adiante relacionadas:

CATEGORIA VALOR HORA A PARTIR DE JUNHO DE 2019

SERVENTE 6,29

MEIO PROFISSIONAL 6,82

PROFISSIONAL 8,91

CONTRA MESTRE 12,58

MESTRE DE OBRAS 17,14



Parágrafo Primeiro:Caso durante a vigência deste instrumento seja decretado pelo Governo Federal novo salário mínimo, fica garantido: que os SERVENTES nunca poderão perceber menos que o valor do novo salário mínimo acrescido de 5% (cinco por cento); que os MEIO PROFISSIONAIS nunca poderão perceber menos que o valor do novo salário mínimo acrescido de 10% (dez por cento); que os PROFISSIONAIS nunca poderão perceber menos que o valor do novo salário mínimo acrescido de 20% (vinte por cento); que os CONTRA MESTRES ou FEITORES nunca poderão perceber menos que o valor do novo salário mínimo acrescido de 22% (vinte e dois por cento); e que os MESTRES DE OBRAS nunca poderão perceber menos que o valor do novo salário mínimo acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo Segundo: Caso entendam os sindicatos convenientes ser necessário qualquer ajuste no piso salarial ora fixado, promoverão aditamento ao presente instrumento.

II - CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º de junho de 2019, os empregadores representados pelo Sindicato Patronal reajustarão os salários de seus empregados sobre os salários vigentes em 1º de maio de 2019, observados os parágrafos abaixo, da seguinte forma:

SALÁRIO REAJUSTE JUNHO/2019

SALÁRIOS 4,78% (quatro vírgula setenta e oito por cento)

Parágrafo Primeiro:Ficam compensadas todas as antecipações salariais espontâneas e compulsórias havidas no período de 1º de junho de 2018 até a data do registro deste Instrumento no Ministério, ressalvados, porém, os aumentos decorrentes de promoção, implemento de idade, equiparação, término de aprendizagem e aumento real. Quando o empregador realizar antecipações salariais, o Sindicato Profissional deverá ser comunicado, com o objetivo de esclarecer ao trabalhador que a referida antecipação será compensada com o reajuste salarial da categoria a ser negociado na próxima data-base.

Parágrafo Segundo: Para os empregados admitidos ou empregadores constituídos após a data-base, o reajuste salarial obedecerá as seguintes condições:

I - sobre os salários de admissão dos empregados em funções com paradigma será aplicado o mesmo critério concedido a este, na forma do "caput" desta cláusula, desde que não ultrapasse o menor salário da mesma função;

II - sobre os salários de admissão dos empregados em funções sem paradigma deverá ser aplicado idêntico critério do "caput" desta cláusula, tendo como base de cálculo, no entanto, o primeiro mês trabalhado.



Parágrafo Terceiro: A partir de 01/06/2019 os salários até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) serão corrigidos pelo percentual de 4,78% (quatro vírgula setenta e oito por cento), conforme caput, cabendo às partes diretamente deliberar sobre o excedente.

III - CLÁUSULA QUINTA (E DÉCIMA SEGUNDA DA CCT) - BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO OU VALE COMPRAS

CLÁUSULA QUINTA - BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO OU VALE COMPRAS

Objetivando melhorar as condições nutricionais dos trabalhadores, prioritariamente os de baixa renda, os empregadores, sem que se constitua caráter salarial, remuneratório ou contraprestativo, nos termos da Lei nº 6.321/76, regulamentada pelo Decreto nº 5/91, através do PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, concederão mensalmente, **a partir de junho de 2019** a todos os seus trabalhadores, inclusive aos da administração, o benefício "alimentação convênio", também denominado "vale compras", constituído de cupons ou cartões magnéticos para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais, no valor fixo de **R\$ 432,00 (quatrocentos e trinta e dois reais)** por mês, mediante recibo.

(...)." (fls. 10/13)

Os suscitantes, afirmam que os setores da indústria, da construção civil e do mobiliário em geral, representados pelos suscitados, não sofreram os efeitos da pandemia, já que as atividades foram consideradas essenciais pelo Decreto 4.317/200 do Governo do Paraná, com permissão para o pleno funcionamento, limitando-se apenas as cuidados preventivos recomendados pelas autoridades sanitárias. Por isso, entendem que não se justifica a recusa em firmarem a correção salarial pretendida, até porque informam que tiveram no ano de 2019 um crescimento de 6,3%, sendo que em Curitiba houve aumento de 9,7% na área de engenharia civil, conforme dados divulgados pelo CREA-PR. Além disso, noticiam a projeção de maior crescimento no ano de 2020 e geração de empregos nos setores, segundo dados do CAGED. Diante desse quadro, consideram razoável a proposta de reposição integral da inflação medida pelo INPC/IBGE mais os acréscimos, formulando a seguinte pretensão:

"Assim, a pretensão dos Suscitantes é que a partir de 1º de junho de 2020, **os PISOS SALARIAIS** e os **REAJUSTES SALARIAIS**, bem como o **BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO OU VALE COMPRAS** da categoria profissional sejam reajustados mediante aplicação do percentual de 100% (cem por cento) do INPC/IBGE acumulado no período compreendido entre 1º de junho de 2019 a 31 de maio de 2020, acrescidos de 3% (três por cento) a título de aumento real, mais 3% (três por cento) a título de valorização." (fls. 15/16)

O suscitado contesta o reajuste pretendido dizendo que isso não ficou estabelecido nas cláusulas respectivas da CCT vigente, que assim dispõem:

Cláusula 3ª:



"Tendo em vista que as partes (Sindicatos Profissionais e Sinduscon/PR) não chegaram a um consenso em relação à correção dos pisos salariais abaixo, referente à correção pelo período de 01/06/2019 a 31/05/2020, ficam eles mantidos, sendo que tal questão será objeto de dissídio coletivo de natureza econômica perante à Justiça do Trabalho, expressamente estabelecido o comum acordo, previsto no artigo 114 § 2º da Constituição Federal, cabendo às entidades laborais formular o dissídio coletivo até 31/08/2020. "

Cláusula 4ª:

"Tendo em vista que as partes (Sindicatos Profissionais e Sinduscon/PR) não chegaram a um consenso em relação à correção dos salários, referente ao período de 01/06/2019 a 31/05/2020, deliberaram em submeter tal reajuste ao dissídio coletivo de natureza econômica perante à Justiça do Trabalho, expressamente estabelecido o comum acordo, previsto no artigo 114 § 2º da Constituição Federal, cabendo às entidades laborais formular o dissídio coletivo até 31/08/2020."

Cláusula 13ª:

"Tendo em vista que as partes (Sindicatos Profissionais e Sinduscon/PR) não chegaram a um consenso em relação à correção do benefício aqui tratado, referente ao período de 01/06/2019 a 31/05/2020, deliberaram em submeter tal correção ao dissídio coletivo de natureza econômica perante à Justiça do Trabalho, expressamente estabelecido o comum acordo, previsto no artigo 114 § 2º da Constituição Federal, cabendo às entidades laborais formular o dissídio coletivo até 31/08/2020." (fls. 681/682)

Aponta as seguintes razões para indeferir o reajuste postulado: a) as partes resolveram submeter ao Judiciário a "correção", sequer cogitando de qualquer "aumento" ou "valorização"; b) a situação econômica gerada pela pandemia é adversa a concessão de reajuste ou reposição salarial, e o setor da construção civil está passando por período de crise, estando as empresas procurando manter os empregos e assegurar as condições salariais vigentes; e c) o "Judiciário não detém legitimação para reajustar salários, menos ainda para conceder aumentos, sejam reais ou à valorização da mão-de-obra." (fl. 684)

Observo, inicialmente, que não há correspondência entre as cláusulas alusivas ao benefício alimentação/vale compras referidas pelas partes, porquanto os suscitantes, nas razões finais (fls.717/718), aludem à 12ª da CCT2020/2022 (fl. 81), ao passo que o suscitado, na contestação (fl. 677) e nas razões finais (fl. 707), remete à cláusula 13ª da CCT2020/2022 (fl. 104), discrepância que se deve ao fato de que naquele primeiro instrumento coletivo foi inserida a cláusula 5ª, o que provoca a alteração da numeração, mas em nada prejudica a análise da matéria porque ambas possuem idêntico conteúdo, que é objeto deste dissídio coletivo. Por conseguinte, revela-se totalmente despropositada a pretensão dos suscitantes para se aplicar a penalidade processual prevista no art. 341 do CPC.



Não se sustenta a tese de que não cabe a esta Justiça do Trabalho definir reajuste de salários e conceder aumentos salariais porquanto a atuação decorre do legítimo exercício do poder normativo previsto no parágrafo 2º do art. 114 da CF, por meio do qual está autorizada a decidir sobre a matéria quando as entidades sindicais não chegam a um consenso sobre a recomposição salarial das perdas inflacionárias e o percentual a ser aplicado.

Ao revés do afirmado pelo suscitado, o dissídio não está limitado apenas à aplicação da correção monetária sobre os salários, estando contemplado igualmente, além da reposição da inflação verificada no período objeto do conflito, os reajustes salariais, com ganhos reais para a categoria profissional representada pelos suscitantes. O próprio instrumento em que as partes manifestam comum acordo para instauração do dissídio não deixa margem à dúvida quanto ao alcance a pretensão ao dispor no item 1:

*"As entidades profissionais signatárias da CCT, resolveram assinar a Convenção para garantir os direitos aos trabalhadores, porém informam o Sindicato patronal que pretendem ingressar com dissídio coletivo visando **no mínimo a correção inflacionária do período de 01/06/2019 a 31/05/2020 nas cláusulas de Reajuste Salarial, Pisos Salariais e Vale Compras.**"*

Assim sendo, diante da manifesta concordância do suscitado com esses termos para instauração de instância, que prevê como pretensão mínima da categoria profissional a correção salarial, não se cogita de limitação da decisão apenas a aplicação dos índices de atualização monetária do período em discussão, legitimando a atuação do poder normativo na análise da pretensão dos trabalhadores representados pelos suscitantes de reposição da inflação pelo INPC (2,05%), obtenção de aumento real de salário (3%), e ainda uma valorização no percentual de 3%.

É notória a situação de excepcionalidade por todos vivenciada em virtude da pandemia do novo coronavírus e os inevitáveis reflexos negativos gerados em seus aspectos sociais e econômicos. A crise na economia, sem dúvida, atinge toda a cadeia produtiva e resulta numa redução significativa geral da atividade econômica, trazendo consequência deletérias para toda a sociedade, em particular para o trabalhador, que tem como única fonte de renda para sua subsistência o salário. Se é certo que todos os setores da economia são atingidos pela crise por que ainda estamos passando, também é correto afirmar que nem todos experimentaram seus efeitos com a mesma intensidade e gravidade, sobretudo aqueles cujas atividades são consideradas por ato governamental como essenciais e que, por conta disso, não foram suspensas temporariamente nem sofreram restrições de funcionamento emanados de atos editados pelas autoridades, sujeitando-se apenas à observância em suas instalações das normas sanitárias destinadas à prevenção do contágio da Covid-19. As atividades da construção civil, por estarem listadas dentre as essenciais pelo Decreto Estadual 4.317/2020 (art. 1º, item XXIV), não tiveram interferência do Poder Público nem foram ou estão suspensas durante a crise pandêmica, submetendo-se



tão somente ao cumprimento das medidas ditadas pelas autoridades sanitárias para o enfrentamento da emergência da saúde pública.

Registre-se, outrossim, que no âmbito federal a Medida Provisória n.º 936, de 1º de abril de 2020, editada para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido no Decreto Legislativo n.º 6/2020, atualmente convertida na Lei 14.020/2020, conferiu às empresas instrumentos jurídicos destinados a amenizar os efeitos negativos gerados pela crise pandêmica, prevendo a possibilidade de suspensão dos contratos de trabalho de seus empregados por 2 meses, com pagamento de parte do seguro-desemprego, ou a redução dos salários e das jornadas de trabalho dos empregados em 25%, 50% e 70% por um período de 3 meses (arts. 7º e 8º), prazos esses que foram prorrogados posteriormente para 120 dias por meio de decreto presidencial.

Nesse contexto, em que o setor da construção civil não teve suas atividades paralisadas e pode valer-se de mecanismos legais para enfrentar as dificuldades financeiras, não me parece razoável invocar a crise econômica gerada pela pandemia do novo coronavírus como obstáculo intransponível para pretensão de correção salarial das perdas inflacionárias ocorridas em período anterior ao estado de emergência pandêmica; tampouco para que seja concedido reajuste salarial com ganho real à categoria profissional, caso fique comprovada lucratividade.

Ademais, não se pode olvidar que o processo inflacionário, ainda persistente na nossa economia, corrói o salário dos trabalhadores, diminuindo-lhes sensivelmente o poder de compra, com repercussões negativas no âmbito familiar, social e inclusive no próprio ambiente de trabalho.

Dispondo sobre medidas complementares ao Plano Real, a Lei n.º 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, em seu art. 13, prevê que "no dissídio, coletivos, é vedada a estipulação ou fixação de cláusula de reajuste ou correção salarial automática vinculada a índice de preços." Todavia, esse mesmo diploma legal, no art. 12, § 1º, estabelece que a decisão que puser fim ao dissídio "deverá traduzir, em seu conjunto, a justa composição do conflito de interesse das partes, e guardar adequação com o interesse da coletividade." Na solução do conflito coletivo de natureza econômica há que se ter em mente ainda os princípios fundamentais insculpidos no art. 1º, incisos III (dignidade da pessoa humana) e IV (valores sociais do trabalho), bem como o objetivo fundamental da República Federativa do Brasil de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" (art. 3º, inciso I).

Nessa linha, a Seção Especializada, no julgamento do processo DC 0001801-81.2017.5.09.0000, de relatoria do Exmo. Des. Cássio Colombo Filho, acórdão publicado no



DEJT de 14/8/2019, entendeu que os trabalhadores têm direito à recomposição do poder aquisitivo dos salários do período abrangido no dissídio, mediante aplicação dos índices que refletem a variação do INPC/IBGE

Entretanto, a jurisprudência da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST firmou o entendimento de que o reajuste salarial deve ser concedido em percentual um pouco inferior ao apurado pelo INPC/IBGE, com se infere de recente julgado sintetizado na seguinte ementa:

"RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA. REAJUSTE SALARIAL. PROVIMENTO. É cediço que esta Justiça Especializada, no exercício do seu poder normativo, está autorizada a conceder reajuste à categoria profissional, a fim de assegurar aos trabalhadores a mitigação dos efeitos decorrentes da perda do valor real, na hipótese de não haver consenso dos entes coletivos acerca do percentual a ser aplicado a esse título. Isso porque não se pode atribuir aos trabalhadores o ônus de suportar o desgaste salarial promovido pela inflação, na medida em que compete ao empregador assumir os riscos de sua atividade econômica. A Lei no 10.192/2001, que dispõe acerca das medidas complementares ao Plano Real, em seu artigo 13 veda, em sede de acordo ou convenção coletiva de trabalho, a estipulação ou fixação de cláusula de reajuste ou correção salarial automática vinculada a índice de preços. Nessa perspectiva, esta Seção Especializada firmou entendimento no sentido de que é possível a concessão de reajuste salarial, por meio de sentença normativa, em percentual inferior ao apurado pelo INPC/IBGE. No caso em exame, o egrégio Tribunal Regional, em sentença normativa, fixou o dia 24.1.2020 como data-base da categoria e, no particular, não houve impugnação das partes. Desse modo, considerando que o INPC/IBGE acumulado no ano anterior à data-base fixada na sentença normativa (24.1.2019 a 23.1.2020) corresponde a 4,30% (Informação obtida no sítio do Portal Brasil, disponível em: <https://www.portalbrasil.net/inpc/>), o percentual a ser deferido à categoria profissional, a título de reajuste salarial, será de 4,23%, a partir da data-base da categoria. Recurso ordinário a que se dá provimento, no particular. (ROT - 1000162-98.2020.5.02.0000; Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos; DEJT de 26/10/2020).

Atualmente esta Seção Especializada vem seguindo esse mesmo entendimento jurisprudencial, com destacado pelo Exmo. Des. Marco Antonio Vianna Mansur:

"No entanto, o entendimento atual da Seção Especializada é no sentido de que o reajuste não pode ser atrelado a índice de preços, podendo ser ligeiramente inferior, mas que se aproxime do INPC.

Nesse sentido o DC 0001556-02.2019.5.09.0000, julgado em 9 de fevereiro de 2021, tendo atuado como relator o Exmo. Des. Arion Mazurkevich, cujos fundamentos transcrevo:

... Entende este órgão julgador ser vedada a concessão de correção ou reajuste salarial vinculado a índice de preços, nos termos do art. 13 da Lei n. 10.192-01, que assim dispõe:



"Art. 13. No acordo ou convenção e no dissídio, coletivos, é vedada a estipulação ou fixação de cláusula de reajuste ou correção salarial automática vinculada a índice de preços.

§ 1º Nas revisões salariais na data-base anual, serão deduzidas as antecipações concedidas no período anterior à revisão.

§ 2º Qualquer concessão de aumento salarial a título de produtividade deverá estar amparada em indicadores objetivos."

Todavia, reconhece-se o direito dos trabalhadores à recomposição do poder aquisitivo dos salários, daí sendo possível a fixação de reajuste pouco inferior, mas que se aproxime ao valor do INPC.

Nesse sentido a seguinte ementa, que também representa o entendimento adotado por esta Seção Especializada:

"DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. RECURSO ORDINÁRIO INTERPOSTO PELA. CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO. CLÁUSULAS ECONÔMICAS. REAJUSTE SALARIAL.SALÁRIO NORMATIVO. AUXÍLIO-REFEIÇÃO OU ALIMENTAÇÃO. CESTA BÁSICA. COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL. AUXÍLIO CRECHE. DEPENDENTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. AUXÍLIO-FUNERAL. A Constituição Federal confere à Justiça do Trabalho a competência para decidir os dissídios coletivos econômicos, quando frustrada a solução autônoma para o conflito, "respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente" (§ 2º do art. 114 da CF/88). O art. 766 da CLT, por sua vez, prevê a possibilidade, nos dissídios, de estipulação de condições que, assegurando o justo salário aos trabalhadores, permitam também a justa retribuição às empresas interessadas. A própria dinâmica do sistema capitalista gera desgaste inflacionário, que, naturalmente, produz impacto significativo nos salários dos trabalhadores. Nessa circunstância, a concessão de reajuste salarial, na data-base da categoria, busca restituir aos trabalhadores parte das perdas sofridas pelo aumento do custo de vida, além de lhes devolver parcialmente ao patamar do poder aquisitivo que tinham na data-base anterior. Após a vigência da Lei nº 10.192/01, esta Corte passou a não deferir, em dissídio coletivo, reajuste salarial correspondente ao valor integral da inflação apurada, por entender que o reajuste não poderia estar atrelado a nenhum índice de preços, diante da vedação do art. 13 da citada lei. Entretanto, a jurisprudência predominante desta Corte Superior admite reajustar os salários dos trabalhadores em percentual ligeiramente inferior aos índices inflacionários medidos para o período. No caso, verifica-se que o INPC apurado para o período compreendido entre junho/2017 a maio/2018 foi de 1,76% (um vírgula setenta e seis por cento).Nesse contexto, em observância ao art. 13 da Lei nº 10.192/2001 e à jurisprudência reiterada desta Corte Superior, dá-se provimento ao recurso ordinário, para reduzir o reajuste ao patamar de 1,70% (um vírgula setenta por cento), com repercussão nas demais cláusulas econômicas (Salário Normativo; Auxílio-Refeição ou Alimentação; Cesta Básica; Complementação Salarial; Auxílio Creche; Dependentes Portadores de Deficiência; Auxílio-Funeral) , resguardadas, entretanto, as situações já estabelecidas, ao teor do art. 6º, § 3º, da Lei nº 4.725/65. CLÁUSULA 57ª - DA PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS ADQUIRIDOS . A Constituição Federal confere à Justiça do Trabalho a



competência para decidir os dissídios coletivos econômicos, quando frustrada a solução autônoma para o conflito, "respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente" (§ 2º, do art. 114, da CF/88). A jurisprudência desta Seção Especializada admite a manutenção de cláusula preexistente quando estabelecida em instrumento normativo autônomo (convenção coletiva de trabalho ou acordo coletivo de trabalho), ou, ainda, no caso de sentença normativa homologatória de acordo judicial. Na hipótese dos autos, percebe-se que o benefício - Da Preservação dos Direitos Adquiridos - é preexistente, uma vez que foi estabelecido em sentença normativa homologatória de acordo, com vigência no período imediatamente anterior ao do ajuizamento deste dissídio coletivo. Portanto, nos termos da jurisprudência prevalente desta Corte Superior, a Cláusula 57ª - Da Preservação dos Direitos Adquiridos deve ser mantida. Recurso ordinário a que se nega provimento. RECURSO ORDINÁRIO ADESIVO INTERPOSTO PELO SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTOS DE ALIMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. CLÁUSULA 57ª. Prejudicada a análise do recurso adesivo, nesse ponto, uma vez que a matéria foi devidamente apreciada no julgamento do recurso ordinário da CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCABÍVEL. Prevalece nesta Corte o entendimento de que no contexto do dissídio coletivo não cabe condenação em honorários advocatícios para nenhuma das partes (suscitante e suscitado). Recurso ordinário a que se nega provimento" (RO-1001974-49.2018.5.02.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relatora Ministra Katia Magalhaes Arruda, DEJT 17/05/2019). (sublinhei) ..."

As partes controvertem sobre o desempenho e a lucratividade das empresas representadas pelo suscitado, e a provas constantes nos autos não ministram elementos de convicção mínimos que autorizam concluir com segurança que o setores da construção civil e de mobiliário obtiveram no período de discussão, de junho de 2019 a maio de 2020, lucro que justifique a concessão de reajuste salarial pretendido pela categoria profissional, com ganho real de 3% e mais valorização neste mesmo percentual. As notícias citadas na petição inicial de que a indústria da construção civil teve crescimento no ano de 2019 e há projeções de crescimento no ano de 2020, além da geração de mais de 40.000 empregos, segundo dados do CAGED, não é indicativo de que o setor efetivamente experimentou lucro, mesmo porque as informações extraídas dos sites indicados não se referem a todo o período em que se pretende o reconhecimento de reajustes salariais acima da inflação apurada. A par disso, tal crescimento pode estar relacionado à retomada das atividades que foram prejudicadas e tiveram uma queda acentuada durante os meses iniciais da pandemia. Ademais, os suscitantes afirmam que o suscitado "firmou a correção inflacionária, bem como os reajustes das cláusulas econômicas da Convenção Coletiva de Trabalho das Entidades sindicais da Região norte, Nordeste e Oeste do Paraná", com "reajuste de 2% (dois por cento) aplicado para Região Noroeste e 2,05% (dois vírgula zero cinco por cento) para a Região Oeste". Entretanto, ao contestar o feito, o sindicato suscitado não reconhece essas negociações, dizendo que tais instrumentos foram firmados por



outras entidades sindicais, que não têm a mesma base territorial que a sua. Com efeito, as atas de fechamento das negociações salariais com inserção termos aditivos às convenções coletivas de trabalho (fls. 637/640) indicam que delas participaram o SINDUSCOM PARANÁ NOROESTE e SINDUSCOM PARANÁ OESTE, que representam a categoria econômica da região de suas respectivas bases territoriais, as quais não se confundem com a do sindicato suscitado. Essa distinção dos entes sindicais também se revela no fato de estarem representadas na celebração de ditos instrumentos por seus presidentes, a indicar não têm a mesmo quadro diretivo. Além disso, observo que os pisos salariais e o vale compras, mesmo com os reajustes negociados, são inferiores àqueles atualmente vigentes no instrumento coletivo objeto do presente dissídio coletivo.

Consequentemente, não há espaço para acolhimento das pretensões de reajustes salariais acima da inflação e mais uma valorização extra.

Neste ponto, cumpre destacar a seguinte ponderação do Exmo. Des. Marco Antonio Vianna Mansur:

"Ainda, ressalto que quanto ao aumento real, entende a Seção Especializada que não é possível o seu deferimento, não em razão da ausência de prova da lucratividade no período, mas diante da ausência de previsão em lei."

De acordo com informação extraída de consulta ao endereço eletrônico *portalbrasil.net/inpc*, o percentual acumulado do INPC/IBGE no período de junho/2019 a maio/2020 é de 2,0507%, de resto, reconhecido pelas partes.

Por essas razões, acolho em parte da pretensão deduzida pelos suscitantes para deferir apenas a correção no percentual de 2%, a título de recomposição das perdas resultantes do processo inflacionário do período em discussão, incidente sobre as cláusulas econômicas que tratam do reajuste salarial, pisos salariais e vale compras, as quais passam a vigorar com as seguintes redações:

CLÁUSULA 3ª - PISO SALARIAL

Fica assegurado o percentual de 2% sobre os pisos salariais da categoria, referente ao índice de correção acumulado do INPC/IBGE (2,0507% menos 0,0507%) apurado no período de junho/2019 a maio/2020, devido a partir de 1º de junho de 2020.

CLÁUSULA 4ª - REAJUSTE SALARIAL

Fica assegurada a correção de 2% sobre os salários dos trabalhadores abrangidos pelo dissídio coletivo, referente ao índice de correção acumulado do INPC/IBGE (2,0507% menos 0,0507%) apurado no período de junho/2019 a maio/2020, devida a partir de 1º de junho de 2020.



CLÁUSULA 12ª/13ª - BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO OU VALE COMPRAS

Fica assegurado o percentual de 2% sobre o valor dos benefícios alimentação/vale compras, referente ao índice de correção acumulado do INPC/IBGE (2,0507% menos 0,0507%) apurado no período de junho /2019 a maio/2020, devido a partir de 1º de junho de 2020.

Em reforço ao entendimento ora adotado, destaco excerto do parecer do Ministério Público do Trabalho, que assim se posiciona:

"Quanto à questão das cláusulas econômicas apresentadas de "comum acordo", convém ressaltar o posicionamento do E. TST sobre os reajustes pretendidos:

""RECURSO ORDINÁRIO. DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA. CLÁUSULA 4ª (CLÁUSULA 1ª DA SENTENÇA NORMATIVA) - SALÁRIO DE INGRESSO DOS EMPREGADOS DE POSTOS DE SERVIÇOS. PARCIAL PROVIMENTO.

... É cediço que, de acordo com o entendimento consagrado nesta egrégia Seção, não compete à Justiça do Trabalho, no exercício do seu poder normativo, fixar pisos salariais, uma vez que se trata de matéria que demanda a negociação dos entes coletivos. Na hipótese, contudo, de haver norma coletiva preexistente, a teor do preceito insculpido no § 2º do artigo 114 da Constituição Federal, é possível a correção dos valores nela previstos a esse título. ... Recurso ordinário a que se dá parcial provimento." (ROT-12-22.2019.5.11.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 29/09/2020). (grifou-se)

"RECURSOS ORDINÁRIOS INTERPOSTOS PELAS EMPRESAS SUSCITADAS. DISSÍDIO COLETIVO DE NATUREZA ECONÔMICA COM DEFLAGRAÇÃO DE GREVE NO DECORRER DA AÇÃO. 3. CLÁUSULA 2ª - PISO PROFISSIONAL E REAJUSTE SALARIAL.

Esta Seção Especializada, considerando a necessidade de que os efeitos decorrentes da perda de valor real dos salários sejam atenuados, mas observando as disposições da Lei nº 10.192/2001, admite que, ante o insucesso da negociação entre as partes, seja concedido pela via normativa o reajuste salarial, em um percentual levemente inferior àquele apurado pelo INPC/IBGE em relação ao período revisando. No caso em tela, o índice apurado pelos referidos indicadores, para o período de maio de 2018 a abril de 2019 foi de 5,074%. O Tribunal Regional fixou o percentual de 3%, índice inferior ao que seria concedido por esta Corte. Todavia, uma vez que é o segmento econômico que recorre da decisão, a modificação do julgado implicaria em reformatio in pejus, o que não se admite. Acrescenta-se que, quanto aos pisos profissionais, a jurisprudência desta SDC entende que, se no instrumento negocial autônomo celebrado no período imediatamente anterior ao do dissídio coletivo houve a fixação dos pisos - hipótese constatada nestes autos -, eles devem ser reajustados pelo mesmo percentual deferido para o reajuste dos salários. Acresça-se que os documentos juntados às defesas não permitem comprovar que a concessão do percentual de reajuste aos trabalhadores afetaria de tal



forma o orçamento das empresas suscitadas de modo a inviabilizar a prestação de seus serviços e/ou a consecução de suas atividades econômicas. Assim, nega-se provimento aos recursos ordinários." (ROT-103- 90.2019.5.19.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relatora Ministra Dora Maria da Costa, DEJT 29/09/2020). (grifou-se)

"RECURSO ORDINÁRIO. ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE. AUMENTO REAL. EXTENSÃO DE ACORDO COLETIVO FIRMADO POR LITISCONSORTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ELEVAÇÃO DE GANHOS DAS EMPRESAS. PROVIMENTO. ... No que concerne à concessão de aumento real por meio de sentença normativa, é cediço que esta egrégia Seção, com base no artigo 13, § 2º, da Lei 10.192/2001, posiciona-se pela possibilidade, desde que demonstrada, por meio de indicadores objetivos e precisos, a elevação de ganhos do setor econômico. Na hipótese, conforme consignado no acórdão regional, não há prova nos autos que demonstre o crescimento do lucro e da produtividade das empresas, a justificar a concessão de aumento real em sede de dissídio coletivo. Nesse contexto, merece ser reformado o acórdão regional, a fim de excluir da sentença normativa a aplicação do índice de 2,78% sobre os pisos salariais dos empregados das suscitantes, a título de aumento real. Recurso ordinário a que se dá provimento" (RO-6154-31.2019.5.15.0000, Seção Especializada em Dissídios Coletivos, Relator Ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, DEJT 29/09/2020). (grifou-se)

Conforme se observa dos recentes julgados da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do E. TST, como no caso os pisos salariais já tem sido definidos por CCT há vários anos, é cabível, em razão do poder normativo, indicar o percentual de correção de tais valores.

Essa correção não deve ser vinculada diretamente a um índice, admitindo-se, todavia, "o reajuste salarial, em um percentual levemente inferior àquele apurado pelo INPC/IBGE em relação ao período revisando".

O percentual do INPC/IBGE para o período Jun/19-Mai/20, segundo informações do sítio portalbrasil.net/inpc, é de um acumulado de 2,0507%. Logo, adequada e em consonância com a jurisprudência do E. TST a correção pretendida em 2% sobre os valores indicados na CCT de 2019/2020.

Essa correção deve incidir sobre a Cláusula 3.^a (Piso Salarial), a Cláusula 4.^a (Reajustes Salariais), e a Cláusula 12.^a/13.^a (Benefício Alimentação ou Vale Compras).

Todavia, os Suscitantes, na inicial, indicam pretensão de acréscimo de aumento real e valorização (em percentual de 3% cada), o que poderia ocorrer, por argumentação, apenas em se comprovando que o setor econômico, no período questionado, teria obtido igualmente um ganho real de igual ou maior monta, podendo, a partir daí, aplicar aos trabalhadores, através da decisão normativa, semelhante percentual.

No caso em questão, porém, os documentos e assertivas das partes não permitem observar de forma indubitável que no período Jun/2019-Mai/2020 houve efetivo ganho real para o setor econômico que possa repercutir os mesmos percentuais de ganho para o setor obreiro."



Diante desses fundamentos, acolho em parte a pretensão dos suscitantes, nos termos acima expostos.

ACÓRDÃO

Em Sessão Telepresencial realizada nesta data, sob a Presidência do Excelentíssimo Desembargador Marco Antonio Vianna Mansur; presente o Excelentíssimo Procurador Jose Cardoso Teixeira Junior, representante do Ministério Público do Trabalho; computados os votos dos Excelentíssimos Desembargadores Ricardo Bruel da Silveira (Relator), Marco Antonio Vianna Mansur (Revisor), Arion Mazurkevic, Archimedes Castro Campos Junior, Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, Ney Fernando Olivé Malhadas, Eliazer Antonio Medeiros e Ilse Marcelina Bernardi Lora; em férias os Excelentíssimos Desembargadores Aramis de Souza Silveira e Neide Alves dos Santos, não participou do julgamento por ter se declarado impedido o Excelentíssimo Desembargador Adilson Luiz Funez, ausentes momentaneamente as Excelentíssimas Desembargadoras Morgana de Almeida Richa e Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu, sustentou oralmente o advogado Mauro Jose Auache inscrito pela parte suscitante, sustentou oralmente o advogado Helio Gomes Coelho Junior inscrito pela parte suscitada; **ACORDAM** os Desembargadores da Seção Especializada do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por unanimidade de votos, admitir o dissídio coletivo; no mérito, por igual votação, **ACOLHER EM PARTE** a pretensão para determinar, a título de recomposição salarial, a aplicação do percentual de 2% sobre as cláusulas econômicas que tratam do reajuste salarial, pisos salariais e vale compras, as quais vigoram com as seguintes redações: **CLÁUSULA 3ª - PISO SALARIAL** Fica assegurado o percentual de 2% sobre os pisos salariais da categoria, referente ao índice de correção acumulado do INPC/IBGE (2,0507% menos 0,0507%) apurado no período de junho/2019 a maio/2020, devido a partir de 1º de junho de 2020; **CLÁUSULA 4ª - REAJUSTE SALARIAL** Fica assegurada a correção de 2% sobre os salários dos trabalhadores abrangidos pelo dissídio coletivo, referente ao índice de correção acumulado do INPC/IBGE (2,0507% menos 0,0507%) apurado no período de junho/2019 a maio/2020, devida a partir de 1º de junho de 2020; **CLÁUSULA 12ª/13ª - BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO OU VALE COMPRAS** Fica assegurado o percentual de 2% sobre o valor dos benefícios alimentação/vale compras, referente ao índice de correção acumulado do INPC/IBGE (2,0507% menos 0,0507%) apurado no período de junho/2019 a maio/2020, devido a partir de 1º de junho de 2020.

Custas de 20,00, pelo suscitado, calculadas sobre o valor atribuído à causa de R\$ 1.000,00.



Intimem-se.

Curitiba, 6 de abril de 2021.

RICARDO BRUEL DA SILVEIRA
Relator

gm



Assinado eletronicamente por: RICARDO BRUEL DA SILVEIRA - 08/04/2021 16:22:57 - b609146
<https://pje.trt9.jus.br/segundograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=20102808412330700000034815468>
Número do processo: 0001813-90.2020.5.09.0000
Número do documento: 20102808412330700000034815468